

DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO

As organizações nacionais representativas dos movimentos cooperativos e da Economia Solidária dos países que compõem o MERCOSUL, assim como as organizações governamentais com responsabilidade em matéria de promoção e/ou supervisão, no marco da XX Sessão Plenária da Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL – RECM acordam e tornam pública a seguinte DECLARAÇÃO;

CONSIDERANDO QUE:

- Desde a criação da RECM, impulsionou-se, em nível do MERCOSUL a promoção da Economia Social e Solidária com ênfase em cooperativas, dadas as características peculiares deste setor que o diferencia do empresariado de capital e do setor público;
- Na declaração de Córdoba (p.42), foi reconhecida a relevância das Cooperativas e demais empresas e organizações da Economia Social, cuja promoção consagra a Recomendação 193 da OIT no desenvolvimento dos países e na busca da coesão social. Neste sentido, e com o objetivo de apoiar ao desenvolvimento cooperativo, os países do MERCOSUL manifestaram seu compromisso de promover a “internalização” da mencionada recomendação nos respectivos ordenamentos jurídicos nacionais;
- Os Ministros de Trabalho (particularmente no contexto do Grupo de Alto Nível de crescimento de Emprego), os Ministros de Desenvolvimento Social e o Parlamento do MERCOSUL reiteraram a disposição de acompanhar a ação dos setores cooperativos e, em particular da RECM, para a promoção de uma Conferência Intergovernamental de caráter regional com o compromisso de consensuar elementos comuns para a promoção e supervisão das cooperativas;
- O Estatuto das Cooperativas do MERCOSUL tornou-se o primeiro anteprojeto de norma aprovado pelo Parlamento do MERCOSUL (01/09), e os estudos participativos desenvolvidos em três Encontros de Fronteira serviram de base para construir diferentes enfoques sobre as necessidades e possibilidades do território com uma visão além do âmbito nacional;
- O desenvolvimento histórico das formas cooperativas, as experiências consolidadas em matéria de mutualidades e a inovação permanente da multiplicidade de novas formas jurídicas e organizativas da Economia Solidária constituem importantes contribuições ao PIB regional em sua medição tradicional e são ferramentas comprovadas de inclusão e coesão social. Em períodos de crise, têm permitido manter e gerar emprego e trabalho digno de forma significativa;
- Condições particulares do meio internacional apontam para uma crise cujos elementos superam o âmbito conjuntural, levando a elementos estruturais que apontam para um modelo econômico e social de produção, distribuição e

gestão financeira que terminam por gerar uma maior concentração da riqueza, a diminuição do acesso às condições de vida digna e a um afastamento dos reais centros decisórios, quadro que tem conseqüências imprevisíveis sobre as economias e sociedades da região;

CONSTATANDO-SE QUE:

- Em que pese às assimetrias e limitantes vários, o movimento cooperativo no MERCOSUL, durante estes anos, tem atuado identificando potencialidades e gerando iniciativas que permitam um ambiente mais positivo para sua ação na região; nesse sentido, há necessidade de se aprofundar a inserção cooperativa, com participação ativa no processo de construção do MERCOSUL;
- O bloco regional não se integrou suficientemente de maneira a complementar esforços e ter uma visão comum frente a temas estratégicos para o desenvolvimento.
- A construção político-administrativa dos Estados tem seguido caminhos diversos em todos os países, motivo pelo qual, e reconhecendo que esta é uma dificuldade para a agilização na tomada de decisões, é necessário que a integração seja aprofundada.

Com base nestas considerações, os abaixo assinados acordam:

1. Reafirmar a validade do p.42 da Declaração da Cúpula de Presidentes do MERCOSUL (Córdoba, julho de 2006), com o entendimento de que é tempo de gerar no MERCOSUL condições do contexto adequadas para o salto qualitativo que este setor merece.
2. Trabalhar na elaboração de um diagnóstico compartilhado sobre as políticas públicas aplicadas pelos países do MERCOSUL, com vistas a promovê-las de modo consensuado, com caráter regional e de nova geração para a promoção da Economia Social e Solidária.
3. Pontualmente aspiramos a:
 - a. Uma rápida integração da RECM no Grupo de Integração Produtiva - GIP, para contribuir à ampliação da atual visão sobre as melhores formas de gerar trabalho e desenvolvimento empresarial.
 - b. Respalda o processo de consolidação do PARLAMENTO DO MERCOSUL como entidade capaz de gerar iniciativas legais para incorporação às legislações nacionais.
 - c. O fortalecimento do sistema de solução de controvérsias de forma que suas resoluções tenham caráter de obrigatoriedade.
 - d. Impulsionar, em todos os espaços institucionais, a atenção preferencial aos problemas do território, especialmente em zonas de fronteiras, para

a promoção de empreendimentos comuns e geração de soluções compartilhadas às populações que vivem nestas áreas.

Além disso, comprometemos nosso esforço em construir uma visão comum frente a temas estratégicos como energia, desenvolvimento de infra-estrutura, canais de comunicação e o relacionamento com outros blocos e terceiros países.

Consideramos que o MERCOSUL segue sendo um caminho adequado para aprofundar a unidade sul-americana, condição para um verdadeiro desenvolvimento sustentável regional.

Nós, membros da RECM, entendemos que qualquer processo, incluindo o intergovernamental, que pretenda avançar na geração de condições adequadas para promover respostas aos problemas do desenvolvimento, só terá êxito incorporando, efetivamente, a sociedade organizada.

O cooperativismo, como parte da Economia Social e Solidária, segue aportando seu esforço e compromisso para que este MERCOSUL de 18 anos torne-se a ferramenta que desejamos para transformar este espaço político, geográfico, econômico e cultural em um lugar de privilégio, onde a justiça social e o desenvolvimento econômico caminhem lado a lado, gerando mais e melhor democracia.

Assunção, aos 18 dias de junho de 2009